

De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política

CARLOS NELSON COUTINHO
São Paulo: Boitempo, 2011, 179p.

*Mozart Silvano Pereira**

A crítica política de Marx sublinha insistentemente o fato de que, quando não é necessária a violência bruta, o mecanismo político-ideológico por excelência sobre o qual assenta a manutenção do poder de classe da burguesia é fazer seus interesses particulares aparecerem ao resto da sociedade como “vontade geral”, ou seja, como interesse de todos. Elevar o que é particular a um falso universal: eis o núcleo essencial dessa mistificação, cuja força é indispensável para que as engrenagens do capital não sejam emperradas e a supremacia burguesa não seja contestada.

De fato, a noção de “vontade geral” – ou similares, como “bem comum” –, em meio a negações e afirmações, tem sido há séculos um centro de gravitação de grande parte da teoria política moderna. Contudo, não se trata de um assunto puramente teórico, pois por detrás desse debate há um espaço de disputa, um verdadeiro campo de batalha ideológico e político. E é nessa trincheira de disputa de interpretações e análises que se insere o novo livro do marxista Carlos Nelson Coutinho, *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*.

O título desse lançamento de Coutinho é informativo em dois sentidos. Primeiro porque indica a companhia intelectual que acompanha o autor ao longo do livro. O caminho que parte de Rousseau e chega até Gramsci tem passagem

* Mestrando em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: mozartsp@hotmail.com.

pelas terras frutíferas e complexas de outros mestres como Hegel, Marx e Lukács, o que indica, logo de início, o rumo e o calibre das discussões que se seguirão. A pluralidade de autores presentes no livro, entretanto, não é obstáculo para a exposição de Coutinho: eles se encontram articulados de um modo admiravelmente coeso, formando uma análise em que os pensadores aparecem em diálogo orgânico, cada um tendo um papel ineliminável.

Um segundo aspecto importante do título é que ele enfatiza que o livro é composto por ensaios de *teoria política*. A expressão “*teoria política*” surge aqui como o contrário de “*ciência política*”. De acordo com Coutinho, enquanto a última aborda aqueles tratamentos teóricos que cuidam de questões particulares, cotidianas, inseridas em uma estrutura política maior que não é problematizada em si, a primeira envolve, para além de assuntos parciais e imediatos, o debate sobre o todo social no qual está localizada a política, tendo, por isso, um inevitável impulso radical que escapa à compartimentalização acadêmica e não se satisfaz na esfera do meramente empírico ou procedimental.

É fácil perceber nessa distinção a influência de Antonio Gramsci e seus conceitos de pequena e grande política. Todavia, além da marca do pensador italiano, há algo ali que remete inequivocamente ao legado marxiano. Ora, falar em *teoria política*, no sentido dado, significa precisamente ir à raiz desse campo tortuoso que é o político, postura que implica necessariamente a não conformidade com a mera descrição do já existente e a disposição crítica de colocar em dúvida suas bases contraditórias. Ou seja, trata-se justamente de um impulso metodológico semelhante ao de Marx em sua crítica social: o de que para uma compreensão correta dos fenômenos sociais nenhum elemento da análise pode ser aceito sem discussão, mesmo aqueles que, à primeira vista, parecem inquestionáveis. Duvidar de tudo, já confessou o alemão, era seu lema.

A primeira parte do livro gira em torno de Rousseau, Hegel e Marx. O que norteia os três capítulos que a compõem é o desenvolvimento, nos três pensadores, de elementos indispensáveis para a caracterização de como se constitui a esfera política na sociedade burguesa. Os textos sobre o trio de autores estão curiosamente estruturados e apresentados em um movimento dialético em que Marx aparece como portador da superação das aporias e contradições com as quais esbarraram as reflexões políticas de Rousseau e Hegel. Das palavras de Coutinho se extrai que o autor do *Manifesto comunista* fornece uma contribuição inestimável à teoria política ao transcender, da perspectiva da defesa da mais radical democracia, as visões restritas e unilaterais dos teóricos precedentes.

O caminho dessa avaliação se desenrola ao longo dos três ricos escritos sobre o genebrino e os dois alemães. Rousseau vem equipado com a sua dura crítica do liberalismo e a lição de que uma sociedade de classes não é compatível com o governo de todos, não importa quão legítima a ordem política seja em termos formais. Hegel, por outro lado, procura dar uma base objetivo-formal para a questão da democracia: para ele, são as figuras do Estado e da burocracia que,

ultrapassando os particularismos da sociedade civil, compõem o *locus* de afirmação da universalidade para-si e da vontade geral. As formulações dos dois teóricos, segundo Coutinho, são reformuladas em Marx, que elabora-as em uma síntese original a qual, justamente por apontar as limitações colocadas à existência da democracia pelo metabolismo do capital e se situar a partir do ponto de vista da emancipação humana, lhe permite abandonar as limitações de seus antecessores e afirmar que:

a possibilidade de constituição da “vontade geral” não estaria [...] nem na consciência dos indivíduos “virtuosos” (como supunham Rousseau e os jacobinos) nem na cinzenta burocracia governamental (como diz Hegel), mas sim nesse típico produto da “sociedade civil-burguesa” moderna, ou seja, no proletariado (p.65).

Os capítulos que se seguem na segunda parte do livro exploram temas essenciais acerca do conjunto da obra de Gramsci e de como ele continua a herança de Marx. O primeiro deles faz uma bela exposição da impressionante história dos *Cadernos do cárcere*, os percalços atravessados no trajeto da cela de Gramsci até a sua publicação e as peculiaridades dos tratamentos editoriais ordenados por Palmiro Togliatti e Valentino Gerratana. Na sequência, Coutinho ressalva a especificidade teórica gramsciana, iniciando com a centralidade que a reflexão sobre a crítica da política ocupa no mestre italiano (há ali, como diz Coutinho, uma *ontologia da práxis política*). Depois, ainda na seção dedicada a Gramsci, são abordados e esclarecidos alguns conceitos políticos gramscianos, e também é feita uma avaliação dos aportes dados por Gerratana para os estudos dos *Cadernos*.

Merece destaque, por fim, o último capítulo do livro, que registra uma tentativa de pôr em diálogo Gramsci e Lukács. É curioso que esses dois gigantes da tradição marxista, embora muito estudados, tenham sido pouco analisados de modo comparativo. Pois bem, Coutinho dá uma espécie de pontapé inicial que nos convida a esse interessante debate e aponta certos passos necessários para que os marxistas supram essa lacuna. Descobrir como a teoria política gramsciana pode se relacionar com a ontologia do ser social é uma questão de evidente complexidade para a qual Coutinho pretende apenas estabelecer algumas bases preliminares. Mas, apesar disso, o mérito desse capítulo está em aquecer tal reflexão, que, segundo o autor, “forma o ponto de partida para o renascimento do marxismo” (p.167).

Tomado como um todo, *De Rousseau a Gramsci* é não só uma elaborada defesa, mas também a expressão de uma teoria política que não se rende a modismos e mantém um fiel compromisso com aquilo que Marx chamou de “crítica inescrupulosa da realidade dada”. Os instrumentos trabalhados por Coutinho são fundamentais para a crítica do pensamento político dominante e necessários para todos aqueles que buscam caminhos democráticos para o presente. Essa democracia, perceberá o leitor do livro, não tem nenhuma relação com a chamada democracia burguesa – rasa e formal, cúmplice da exploração econômica –, mas sim com a democracia em seu sentido mais forte e completo, ou seja, irremediavelmente socialista.